

Esta edição foi publicada pela
FENAME — Fundação Nacional de Material Escolar, sendo
Presidente da República Federativa do Brasil
Ernesto Geisel

Ministro de Estado da Educação e Cultura

Ney Braga

Secretário-Geral do MEC

Euro Brandão

Secretário de Apoio Administrativo do MEC

Hélio Pontes

Diretor Executivo da FENAME

Augusto Luiz Duarte Lopes Sampaio

Celso Ferreira da Cunha

Gramática da Língua Portuguesa

4.ª edição

Cunha, Celso Ferreira da, 1917 —

0972g Gramática da língua portuguesa. 4. ed. Rio de Janeiro,
FENAME, 1977.

656 p. Ilust. 24 cm.

"Noções históricas": p. 10-33.

Milingograma: p. 176-179.

Bibliografia, desenvolvimento das abreviaturas usadas, p. 633-642.

1. Português — Gramática. I. Brasil. Fundação Nacional de Material
Escolar, ed. II. Título.

77-016

MEC/FENAME/RJ



CDD - 469.5



FENAME

Ministério da Educação e Cultura
Fundação Nacional de Material Escolar
1977

Aos queridos amigos Oswaldo Serpa e
Matilde Matarazzo Gargiulo, que tanto
nos animaram a escrever este livro.

Celso Ferreira da Cunha

Bacharel em Direito pela Faculdade Nacional de Direito
Licenciado e Doutor em Letras pela Faculdade Nacional de Filosofia
Professor Titular de Língua Portuguesa da Faculdade de Letras da Universidade
Federal do Rio de Janeiro, do Colégio Pedro II e da Faculdade de Humanida-
des Pedro II
Doutor Honoris Causa da Universidade de Granada
Ex-membro do Conselho Federal de Educação
Membro da Academia Brasileira de Filologia, da Associação Brasileira de Linguis-
tica, da Société de Linguistique de Paris, da Société de Linguistique Romane, da
Société des Études Latines, da Asociación de Lingüística y Filología de la Améri-
ca Latina, da Oficina Internacional de Información y Observación del Español,
da Association Internationale de Sémiotique, da Hispanic Society of America,
do ILEI e da Association des Études Tsiganes
Gastprofessor da Universidade de Colômbia em 1966
Professeur Associé à l'Université de Paris IV (Sorbonne) de 1970 a 1972
Decano do Centro de Letras e Artes da Universidade Federal do Rio de Janeiro
Diretor da Faculdade de Humanidades Pedro II
Autor de vários trabalhos filológicos e diversos compêndios didáticos

Prefácio

A Gramática da Língua Portuguesa, de autoria do Pro-
fessor Celso Ferreira da Cunha, planejada, inicialmente,
para atendimento ao Ensino Médio, vem servindo, também,
ao Ensino Superior. Sua utilização nas Faculdades de Letras
e sua divulgação no exterior devem-se ao grande interesse
pelos estudos lingüísticos e de comunicação.

O título é, por assim dizer, uma fonte de consulta e orien-
tação para estudos da moderna lingüística.

No capítulo referente às noções históricas, sobre o domí-
nio atual da língua portuguesa, o Autor faz referências às jovens
repúblicas africanas, antes colônias portuguesas.

Dignas de realce são as notas de rodapé, em que são regis-
trados os mais recentes trabalhos lingüísticos.

Nesta 4ª edição, revista e atualizada, alguns exemplos fo-
ram substituídos, objetivando dar ao aluno os fatos da língua-
gem coloquial brasileira, bem como da língua literária, dentro de
um critério adequado à formação básica.

Rio de Janeiro, março de 1977.

Augusto Luiz Duarte Lopes Sampaio

Diretor Executivo da
Fundação Nacional de Material Escolar

SUMÁRIO

Capítulos

I	Noções históricas	10
II	Fonética e fonologia	36
III	Ortografia	74
IV	Classe, estrutura, formação e significação dos vocábulo	86
V	Derivação e composição	102
VI	A oração e seus termos	134
VII	Morfo-sintaxe:	
	1. Substantivo	186
	2. Artigo	214
	3. Adjetivo	250
	4. Pronome	276
	5. Numeral	356
	6. Verbo	366
	7. Advérbio	498
	8. Preposição	510
	9. Conjunção	532
VIII	Interjeição	546
IX	O período	550
X	Figuras de sintaxe	574
XI	Pontuação	590
XII	Discurso direto, indireto e indireto livre ...	622
	Elenco e desenvolvimento das abreviaturas usadas	631
	Índice geral	643

Capítulo 1

O Latim e a expansão romana

1. A língua portuguesa provém do latim, que se entronca, por sua vez, na grande família das línguas indo-européias, representada hoje em todos os continentes.

2. De início, simples falar de um povo de cultura rústica, que vivia no centro da Península Itálica (o Lácio), a língua latina veio, com o tempo, a desempenhar um extraordinário papel na história da civilização ocidental, "menos por suas virtudes intrínsecas do que pelo êxito político do povo que dela se serviu".¹

Foram as vitórias de seus soldados e o espírito de organização de seus homens de governo que entenderam e, em parte, consolidaram o enorme império, que, no auge de sua expansão, ia da Lusitânia à Mesopotâmia, e do Norte da África à Grã-Bretanha.

3. Enumeremos, cronologicamente, as conquistas que dilataram de tal forma os domínios do Império Romano.

Até meados do IV século antes de Cristo, os romanos pouco haviam ampliado as fronteiras do antigo Lácio. Foi com a guerra contra os samnitas, iniciada em 326 a.C. e terminada com a decisiva batalha de Sentino (295 a.C.), que começou a irresistível penetração romana na parte meridional da Península Itálica, concluída em 272 a.C., com a anexação de Tarento.

Principia, então, o longo período das conquistas externas. Sucessivamente, vão sendo subjugados os territórios da Sicília (241 a.C.), da Sardenha e da Córsega (238 a.C.), da Ilíria (229 a.C.), da costa este e sul da Península Ibérica (218-197 a.C.), dos reinos helenísticos do Oriente (200-168 a.C.), da Gália Cisalpina (191 a.C.), da Lígúria (154 a.C.), de Cartago e Norte da África (146 a.C.), da Macedônia e da Grécia (146 a.C.), da Gália Narbonense (118 a.C.), da Gália do Norte (50 a.C.), da Méisia (29 a.C.), do Noroeste da África (25 a.C.), do resto da Península Ibérica (19 a.C.), da Nórica

1) Edouard Bourciez, *Éléments de linguistique romane*, 4ª éd., Paris, 1946, p. 26. Com razão, afirma Antoine Meillet: "A história política de Roma e a história da civilização romana explicam a história da língua latina." (*Esquisse d'une histoire de la langue latine*, 3ª éd., Paris, 1933, p. 51)

Noções históricas

(16 a.C.), da Récia (15 a.C.), da Panônia (10 d.C.), do resto da Mauritânia (42 d.C.), da Bretanha (43 d.C.), da Trácia (46 d.C.), da Dácia (107 d.C.), da Arábia Petreia, da Armênia e da Mesopotâmia (107 d.C.).

Com a anexação da Dácia (Romênia) e, sem caráter permanente, dessas regiões da Ásia Menor, o Império atingia, sob o governo de Trajano, o máximo de sua expansão geográfica.

4. Ao mesmo tempo que estendiam os seus domínios, os romanos levavam para as regiões conquistadas os seus hábitos de vida, as suas instituições, os padrões de sua cultura. Em contato com outras terras, outras gentes e outras civilizações, ensinavam, mas também aprendiam. Aprenderam, por exemplo, muito com os gregos, e isso desde épocas antigas, através dos etruscos e, principalmente, das colônias helênicas do Sul da Itália, que formavam a Magna Grécia. Livio Andronico, o primeiro que tentou elevar à altura de língua poética aquele rude idioma de agricultores e pastores, que era então o latim, procurou diretamente em Homero e nos tragédios gregos os modelos para suas experiências de tradução e adaptação literárias. Ele próprio era um grego de Tarento. E, na sua trilha, Plauto, Enio, Nêvio e todos os que, pioneiramente, se impuseram a árdua tarefa de criar obras de arte na língua nacional não deixaram de inspirar-se nos estimulantes exemplos da Hélade, cuja influência vai ampliar-se mais ainda, a partir de 146 a.C., quando, vencida pelas armas, acabou dominando pelo espírito o cruel vencedor.

"Graecia capta ferum victorem cepit et artes
Inulit agresti Latio"¹
diz-nos Horácio.

1. Desde o século III a.C., pois, sob a benéfica influência grega, o latim escrito com intenções artísticas foi sendo progressivamente apurado até atingir, no século I a.C., a alta perfeição da prosa de Cícero e César, ou da poesia de Vergílio e Horácio. Em consequência, acentuou-se com o tempo a se-

¹ Entenda-se: "A Grécia subjugada subjugou o cruel vencedor e introduziu as artes no agreste Lácio."

As línguas românicas

paração entre essa língua literária, praticada por uma pequena elite, e o latim corrente, a língua usada no colóquio diário pelos mais variados grupos sociais da Itália e das províncias.

2. Tal diferença era já sentida pelos romanos, que opunham ao conservador *latim literário* ou *classico* (*sermo litterarius*) o inovador *latim vulgar* (*sermo vulgaris*), compreendidas nesta denominação as inúmeras variedades da língua falada,¹ que vão do colóquio polido às linguagens profissionais, e até às gírias (*sermo quotidianus, urbanus, plebeius, rusticus, ruralis, pedestris, castrensis, etc.*).

Foi esse matizado latim vulgar que os soldados, colonos e funcionários romanos levaram para as regiões conquistadas e, sob o influxo de múltiplos fatores, diversificou-se com o tempo nas chamadas línguas românicas.

1. Se dos gregos os romanos foram discípulos atentos, dos outros povos vencidos souberam eles ser os mestres imitados. Não só na Itália, mas também na Gália, na Hispânia, na Récia e na Dácia, as tribos mais diversas cedo assimilaram os seus costumes e instituições, adotaram como própria a língua latina, *romanizaram-se*.

2. É fácil concluir que, falado em tamanha área geográfica, por povos de raças tão diversas, o latim vulgar não poderia conservar a sua relativa unidade, já precária como a de toda língua que serve de meio de comunicação a vastas e variadas comunidades de analfabetos.

Nos centros urbanos mais importantes, o ensino do latim difundia o padrão literário e, com isso, retardava até certo ponto os efeitos das forças de diferenciação. Mas no campo ou nas vilas e aldeias a língua, sem nenhum controle normativo, ia voando com suas próprias asas.

A partir do século III da nossa era, podemos dizer que a unidade linguística do Império não mais

¹ A denominação *latim vulgar*, embora um tanto imprópria, tomou-se termo técnico da linguística. Por ela devemos entender, de acordo com B. E. Vidos, "a língua falada por todas as camadas da população e em todos os períodos da latindade". (*Manuale de linguistica romanza. Traduzione dall'olandese di G. Francescalco. Firenze, 1959. p. 201.*)

existia, embora continuassem os contatos políticos entre as suas diversas partes, interligadas por uma certa comunidade de civilização.¹ É o que se entende por *Romania*, em contraste com *Barbaria*, as regiões habitadas por outros povos.

3. Alguns fatos históricos vieram contribuir para ativar o processo de dialectalização. Enumeremos os principais.

Desde 212, o edito de Caracala estendera o direito de cidadania a todos os indivíduos livres do Império, com o que Roma e a Itália perderam a situação privilegiada que desfrutavam.

Diocleciano, que governou de 284 a 305, instituiu a obrigatoriedade do latim como língua da administração. Mas, contraditoriamente, anulou os efeitos dessa medida unificadora ao descentralizar política e administrativamente o Império em doze dioceses, caminho aberto para o aguçamento de nacionalismos regionais e locais.² Não sendo mais capital, Roma deixou, conseqüentemente, de exercer a função reitora da norma linguística.

Em 330, Constantino, que se tornara defensor do Cristianismo, transferiu a sede do Império para Bizâncio, a nova Constantinopla.

Com a morte de Teodósio em 395, o vasto domínio foi dividido entre os seus dois filhos, cabendo a Honório o Ocidente, e a Arcádio o Oriente. O Império do Oriente teve vida longa. Conservou-se até 1453. O do Ocidente, porém, depois de sucessivas invasões de hunos, visigodos, ostrogodos, burginhões, suevos, alanos e vândalos, sucumbe em 476, quando Odoacro destrona o imperador fantoche Romulus Augustus, apelidado com o diminutivo *Augustulus*, "Augustinho".

1) V. G. Straka. Observations sur la chronologie et les dates de quelques modifications phonétiques en romain et en français pré-littéraire. In: *Revue des langues romanes*, LXXI. Montpellier, 1953, p. 307. Idem, La dialecton linguistique de la Romania et la formation des langues romanes à la lumière de la chronologie relative des changements phonétiques. In: *Revue de Linguistique Romane*, XX, 1956, p. 249-267.

2) "L'Empire fut donc divisé en 12 diocèses, et c'est une chose surprenante de voir naître à ce moment les nationalités modernes: il y eut une Afrique, une Espagne, une Grande-Bretagne, deux Frances (celle de Trèves et celle de Vienne), deux Italies (celle de Milan et celle de Rome)." (André Pigonniol. *Histoire de Rome*. Paris, 1939, p. 446).

A romanização da Península

1. Os romanos chegaram à Península Ibérica no século III a.C., por ocasião da 2.^a Guerra Púnica, mas só conseguiram dominá-la por completo, ao fim de longas e cruentas lutas, em 19 a.C., quando Augusto venceu a resistência dos ativos povos das Astúrias e da Cantábria.

2. Muito pouco se sabe das antigas populações ibéricas. No início da romanização habitava a Península uma complexa mistura racial: celtas, iberos, púnico-fenícios, lígures, gregos e outros grupos mal identificados.

Das línguas desses povos quase nada conservaram os idiomas hispânicos. Com relativa segurança, atribui-se origem pré-romana apenas a uns quantos sufixos — como *-arro* (*llocarro*), *-orro* (*lbeatorro*), *-asco* (*penhasco*) e *-ego* (*borregol*) — e algumas palavras de significação concreta: *arrojo*, *balsa*, *barro*, *braga(s)*, *carrasco*, *gordo*, *lama*, *lança*, *lousa*, *man-teiga*, *tamuge*, *tojo*, *veiga*, etc.

3. A romanização da Península não se processou uniformemente. Das três províncias em que Agripa (27 a.C.) dividiu a Hispânia — a *Tarraconense*,

1) O primeiro texto em que o vulgar italiano aparece conscientemente, com-troposto ao latim é uma carta copuana de 960 (v. Bruno Migliorini. *Storia della lingua italiana*. Firenze, 1960, p. 93). Em 1924, porém, Luigi Schiapparelli descobriu o texto de uma adrinha popular, to chamado "Indovinello Veronese", de fins do séc. VIII ou princípios do séc. IX, que pode ser considerado o mais antigo monumento redigido em um dialeto românico. Sobre os numerosos problemas que encerra o precioso códice da Biblioteca Capitolare di Verona, veja-se o informativo estudo de Matilde Marazziti Gargiulo. O "Indovinello Veronese". In: *Estudos em homenagem a Cândido José Filho*. Rio de Janeiro, s./d. p. 147-158.



correspondente à antiga Hispânia Citerior, a Bética e a Lusitânia, desmembradas da Hispânia Ulterior — foi a Bética a que mais cedo assimilou a civilização romana. No alvorecer da nossa era, o geógrafo grego Estrabão testemunhava que “os turdetanos, especialmente os que habitavam as margens do Bétis, haviam adotado os costumes romanos, e até já nem se lembravam da própria língua”. E acrescentava: “Não falta muito para que todos se convertam em romanos.”¹

4. Por esse tempo, nas outras províncias a romanização estava atrasada. Mais na Lusitânia do que na Tarraconense. Nas regiões do Norte, em terras da Galiza, das Astúrias e da Cantábria, ainda não se fazia sentir a presença de Roma: os seus habitantes conservavam intactos os rudes costumes transmitidos através de gerações que se perdiam na noite dos séculos.

5. Em 216, a *Gallaecia et Asturia*, que desde a época de Antonino Pio era uma subdivisão militar e financeira da antiga Hispânia Citerior, tornou-se uma província à parte, com o nome de *Nova Hispânia Citerior Antoniniana*. Compreendia então o Noroeste peninsular até a Cantábria.

6. Com a reforma de Diocleciano, todas essas províncias — e mais a Baletária, a Tingitana e a Cartaginense, destacada da Tarraconense — passaram a constituir a diocese da Hispânia, que dependia da prefeitura das Gálias.

domínio igótico

1. Tal a organização administrativa da Península, quando, em 409, foi invadida por um grupo heterogêneo de povos germânicos — vândalos, suevos e alanos. Os alanos desapareceram rapidamente; os vândalos, depois de se haverem fixado na Bética, transportaram-se, em 429, para a África, onde fundaram um reino, que durou cem anos; os suevos estabeleceram-se na Galécia e na Lusitânia, mas no século VI foram absorvidos pelos visigodos. Estes, que eram os mais civilizados dos povos germânicos, já mantinham antigos contatos com os romanos. Desde 425 estavam sediados na Aquitânia, ao su-

doeste da Gália. Daí atravessaram os Pireneus e se estabeleceram por toda a Península, que iriam dominar durante dois séculos e meio.

2. Os visigodos cedo se fundiram com a população românica. Três fatos concorreram poderosamente para isso: a) a abolição da lei que proibia o casamento de godos com hispanos, ato de Leovegildo; b) a conversão, em 586, de Recaredo ao Cristianismo; c) o código, promulgado por Requesvindo em 654, que não mais distinguia os direitos das comunidades goda e hispana. Assim, quando Rodrigo, o último rei godo, não pôde deter, em 711, a invasão árabe, com ele ruía não apenas o império visigótico, mas o império romano-visigótico, que tinha como religião o Cristianismo e como língua o hispano-românico, legítimo continuador do latim vulgar.

3. Excluindo os nomes próprios de pessoas e de lugares, a contribuição goda para a formação do léxico português não ascende a mais de quarenta termos,¹ dos quais cerca de trinta se encontram em outras línguas românicas.

Segundo o exemplo de Gamillscheg, o professor Joseph M. Piel distribui por quatro grupos as palavras godas que se conservaram em português:

1.º) Palavras de origem gótica que já pertenciam ao latim vulgar ou medieval: *albergue*, *arrear*, *bramar*, *bando*, *elmo*, *espora*, *guarda*, *guerra*, *rapar*, *trêgua*;

2.º) Palavras comuns a todas as regiões primitivamente ocupadas pelos godos: *aspa*, *espeto*, *estopa*, *estala*, *garbo*, *mofo*, *mofoño*, *roca*, *taco*, *ufanar-se*;

3.º) Palavras peculiares à Península Ibérica e à França, ou à Península e à Itália: *ogosalhar*, *brotar*, *estaca*, *foiò*, *roupa*, *sifio*, *triscar*;

4.º) Palavras privativas dos idiomas ibero-românicos: *oio*, *dia*, *oleive*, *enguiçar*, *escanção*, *ganso*, *guaracer*, *íngreme*, *luva*, *malado* (arc.), *tascar*.²

¹ Cf. Rafael Lapesa. *Historia de la lengua española*. 5.ª edición. Madrid, 1962. p. 41.

¹ Cf. Joseph M. Piel. *O património visigodo da língua portuguesa*. Coimbra, 1942. p. 18.

² Veja-se Joseph M. Piel. *Op. cit.*, p. 13-17.

1. Movidas pela guerra santa, as tribos árabes conquistam o Norte da África e, em 711, desembarcam na Península. Sete anos depois, com exclusão do pequeno reino do Duque Teodomiro, que por meio século ainda conservou sua autonomia, e de alguns focos de resistência nas montanhas das Astúrias, de onde partiu o movimento de Reconquista, o domínio muçulmano cobria toda a anterior Espanha visigótica.
2. "Os árabes, sírios e berberes que invadem a Península não trazem mulheres: casam com hispano-godds, têm escravas galegas e bascas. Entre os muçulmanos permanecem muitos hispano-godos, os moçárabes, conservadores do saber isidoriano: uns conseguem certa autonomia; os mais exaltados sofrem perseguições e martírio; outros se islamizam, mas todos influem na Espanha moura, onde se fala romance ao lado do árabe."¹
3. Com os árabes floresceram na Península as ciências e as artes: houve grande incremento da agricultura, da indústria e do comércio; introduziram-se inúmeras palavras para designar novos e variados conhecimentos. Calcula-se em quatro mil o número de vocábulos espanhóis de origem árabe, excluídos os topônimos. Em português o léxico de proveniência árabe tem sido estimado entre quatrocentos e mil termos.
4. As palavras portuguesas de origem árabe, quase todas substantivos, referem-se, em geral:
 - a) à organização guerreira: *acicate*, *adail*, *adanga*, *alcaide*, *alfange*, *alferes*, *algarada*, *algava*, *ameia*, *arrebarar*, *atalaia*, *ronda*, *zaga*, entre outras;
 - b) à agricultura e à jardinagem: *açafião*, *agúcar*, *aguceno*, *alcachofra*, *alcerim*, *alfaca*, *alfafa*, *alfazema*, *algodão*, *almécega*, *benjoim*, *beringela*, etc.;
 - c) ao comércio, a pesos e medidas: *aduana*, *armazém*, *arroba*, *quilate*, *quintal*, etc.;
 - d) a ofícios, cargos: *adail*, *alfageme*, *alfaiate*, *algibebe*, *almocreve*, *almotacel*, *almoxarife*, *arrais*, *califa*, *emir*, etc.;

¹ Rafael Lepesa. Op. cit., p. 95-96.

O português primitivo

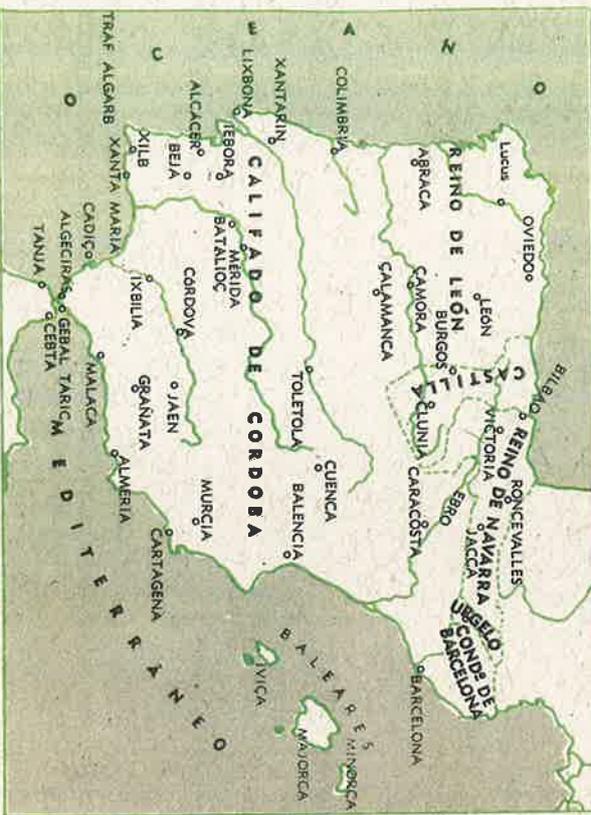
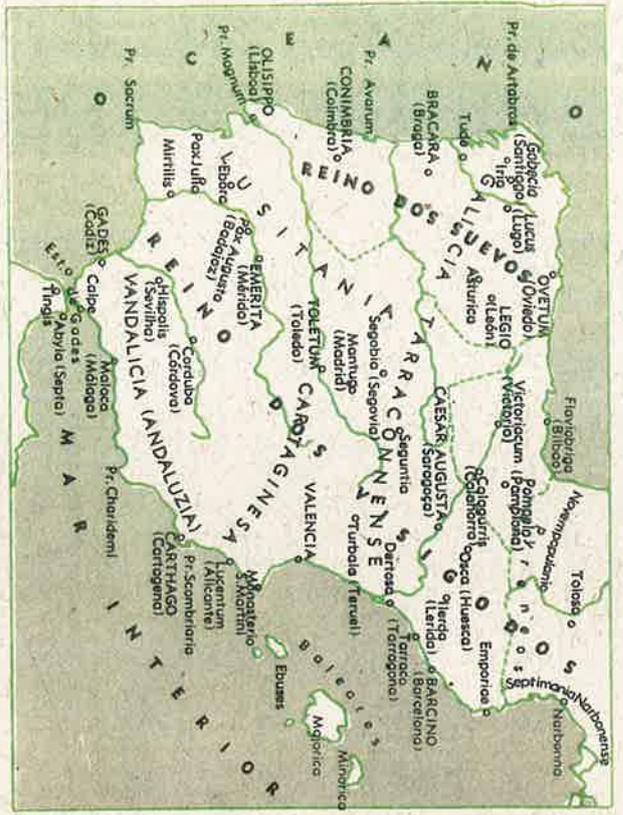
Períodos evolutivos da língua portuguesa

1. e) a instrumentos musicais: *adufe*, *alaúde*, *anafil*, *arrabil*, *tambor*, etc.;
- f) às ciências: *álgebra*, *algoritmo*, *cifra*, *zênite*; *nodir*, *álcool*, *álcali*, etc.
5. Em alguns casos os árabes foram apenas os intermediários de palavras que haviam tomado a outras línguas. São, por exemplo, de origem grega: *alambique*, *alcaparra*, *alfândega*, *alquimia*, *acega* e *arroz*; de origem sânscrita: *alcanfor* e *xadrez*; de origem persa: *azul*, *escarlate*, *jasmim* e *laranja*. Do próprio latim há uma série de palavras introduzidas sob forma arabizada: *abricó*, *alcácer*, *alborroz*, *almude*, *alporão*.
1. Foi durante o domínio árabe que se acentuaram as características distintivas dos romances peninsulares.
2. Na região que compreendia a Galiza e a faixa lusitana entre o Douro e o Minho constituiu-se uma unidade linguística particular que conservaria relativa homogeneidade até meados do século XIV — o galego-português.
2. O galego-português, provavelmente, teria contornos definidos desde o século VI, mas é só a partir do século IX que podemos atestar a sua existência através de palavras que se colhem em textos de latim bárbaro.¹
1. Datam do século XIII os primeiros documentos que chegaram até nós integralmente redigidos em galego-português. Inicia-se então a fase propriamente histórica de nossa língua, que, como todo idioma dotado de vitalidade, não se tem mantido uniforme nem no tempo, nem no espaço.
2. Baseando-nos em parte numa conhecida periodização proposta pelo sábio linguista José Leite de

¹ Chama-se latim bárbaro a língua dos documentos forais da Idade Média, em que, no texto latino, se inserem vocábulos do romance regional.

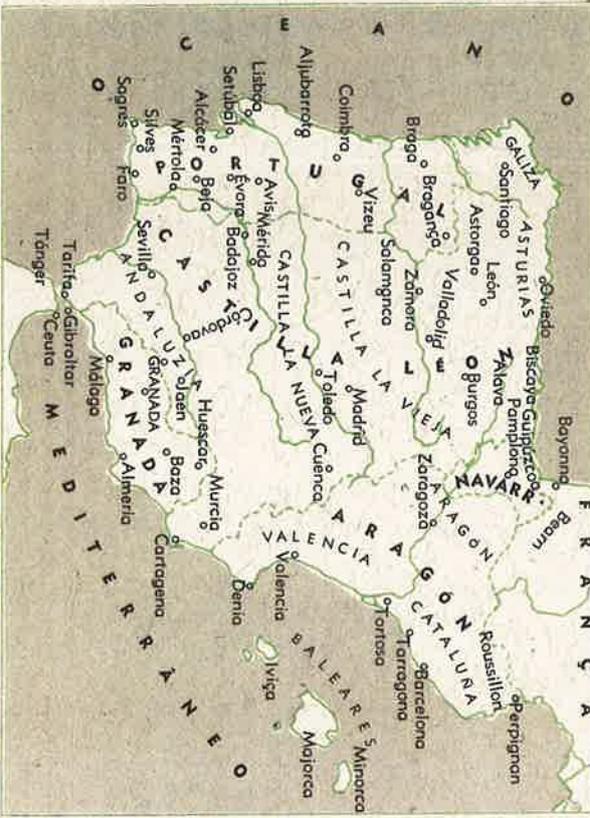
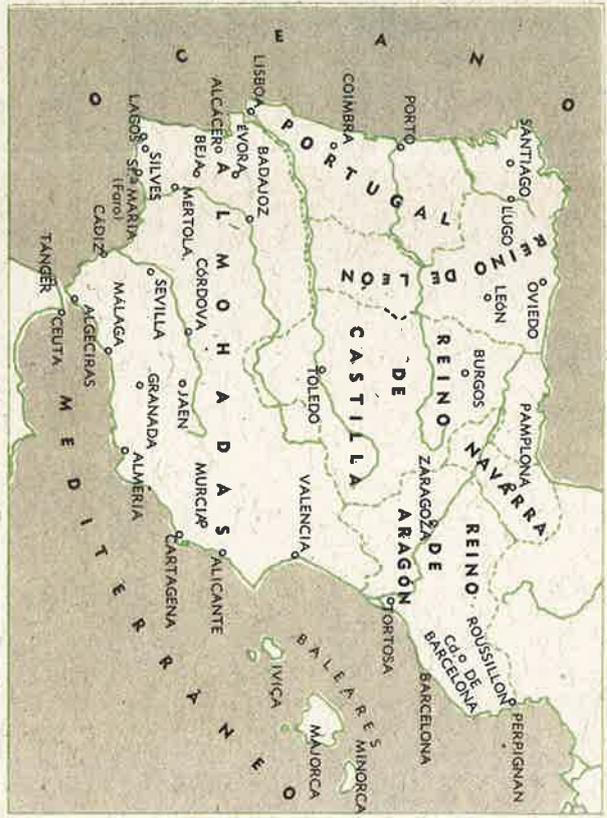
SÉCULO V

A Península Ibérica no século V, depois de consolidado o domínio político dos invasores germânicos com a formação do Reino dos Suevos e dos Visigodos.



SÉCULO XII

A Península Ibérica em meados do século XII, com os progressos da Reconquista Cristã. Portugal já ocupa uma faixa do Minho ao Tejo, depois da Tomada de Lisboa aos árabes por D. Afonso Henriques (1147).



SÉCULO X

A Península Ibérica no século X, no auge do domínio árabe através do Califado de Córdoba, com os cristãos confinados ao norte no Reino de Leão, Castela, Navarra, Urgel e Condado de Barcelona.

SÉCULO XV

A Península Ibérica em meados do século XV. O domínio árabe reduzido ao Reino de Granada, que caiu em 1492. Portugal, depois da conquista do Algarve (1249) por D. Afonso III, havia atingido praticamente o território atual.

Domínio atual da língua portuguesa

- Vasconcelos, ¹ distinguiremos as seguintes etapas na evolução do latim ao português atual:
- latim lusitano, língua falada na Lusitânia, desde a implantação do latim até o século V;
 - romance lusitano, língua falada na Lusitânia, do século VI ao século IX, da qual, como da fase anterior, não temos nenhum documento escrito;
 - português proto-histórico, língua falada na Lusitânia, do século IX até fins do século XII, e da qual podemos vislumbrar algumas características nas palavras intercaladas em textos do latim bárbaro;
 - português arcaico, que vai de princípios do século XIII (1211?) até a primeira metade do século XVI, quando a língua começa a ser codificada gramaticalmente;²
 - português moderno, que se estende da segunda metade do século XVI até os dias que correm.
3. Os períodos arcaico e moderno da língua portuguesa comportam subdivisões, como reconhecia o próprio Leite de Vasconcelos.

Parece-nos particularmente aconselhável distinguir duas épocas no período compreendido entre o século XIII e a primeira metade do século XVI: uma, a do português arcaico propriamente dito, que abarcaria a língua dos séculos XIII e XIV; outra, a do português médio, que iria do século XV a fins da primeira metade do século XVI e representaria a fase de transição entre a antiga e a moderna do idioma.

1) Cf. *Lições de filologia portuguesa* 2.ª edição, Lisboa, 1924, p. 16-17. Adverte-se que Leite de Vasconcelos situava o começo da fase histórica da língua portuguesa em fins do século XII com fundamento em dois textos, originários do Mosteiro de Vairão, datados respectivamente de 1192 e 1193: o primeiro, um *Auto de Parilhas* dos bens herdados de seus pais pelos irmãos Sánchez; o segundo, o *Testamento* pelo qual Elvira Sánchez deixava todos os seus bens ao Mosteiro de Vairão. Estudo posterior do ilustre filólogo português Luís Filipe Lindley Cintra (Cf. *Les anciens textes portugais non littéraires — classement et bibliographie*, in: *Les anciens textes romans non littéraires*, Paris, 1963, p. 169-187), para o qual solicitou a ajuda de dois eminentes paleógrafos, Rui de Azevedo e o padre Aveilino Costa, veio provar que os textos em causa não possuem de falsificações de fins do século XIII, ou mesmo do século XIV.

2) A primeira gramática de nossa língua — a *Grammatica da linguaem portuguesa*, de Fernão de Oliveira — foi publicada em 1536.

- Com os descobrimentos marítimos dos séculos XV e XVI, os portugueses ampliaram enormemente o império de sua língua, levada que foi para os vastos territórios por eles conquistados na África, na América e na Oceânia. Ainda hoje, apesar das consideráveis perdas sofridas, o seu domínio político abarca mais de dez milhões de quilômetros quadrados, aproximadamente a sétima parte da Terra.

- É o português a língua oficial de Portugal e do Brasil, e deverá sê-lo das antigas colônias portuguesas que se tornaram nações soberanas: as Repúblicas de Guiné-Bissau, de Cabo Verde, de Angola, de Moçambique, de São Tomé e Príncipe e de Timor.

É, pois, falado em áreas de todos os continentes:

- na Europa: Portugal continental, o arquipélago dos Açores e a ilha da Madeira;
- na África: o arquipélago de Cabo Verde, as ilhas de São Tomé e Príncipe e, no continente, Angola, Guiné-Bissau e Moçambique;
- na Ásia: Macau;
- na Oceânia: a metade ocidental da ilha de Timor;
- na América: o Brasil.

- Fora das regiões pertencentes ao domínio político de Portugal, do Brasil, e das jovens repúblicas africanas a que nos referimos, o português é falado em povoações espanholas da zona raiana, tal o caso de Ermisende, na província de Zamora; em Alamedilla, na província de Salamanca, em San Martín de Treveljo, Elías, Valverde del Fresno, Herrera de Alcántara e Cedillo, na província de Cáceres; em Olivença e arredores, na província de Badajoz. Também nas áreas fronteiriças do Brasil a língua portuguesa tem penetrado em território de língua espanhola, formando não raro um dialeto misto, como o falado nos departamentos uruguaios de Artigas, Rivera, Cerro Largo, Salto e Tacuarembó.¹

- Não levando em linha de conta os usuários dessas falares fronteiriços, nem os do crioulo de Surinam e do papiamtento de Curaçau, que o têm por

1) Este dialeto foi descoberto pelo sábio linguísta José Pedro Romo, que dele nos deu uma excelente descrição em *El dialecto "fronterizo" del norte del Uruguay*, Montevideo, 1965.

base, nem os do galego, sua co-variante; abstraindo-nos também dos núcleos de imigrantes, por vezes consideráveis, como acontece nos Estados Unidos, na França e na Alemanha, ainda assim o português é o meio natural de comunicação de cerca de cento e trinta milhões de pessoas, o que vale dizer que ocupa o 5.º lugar entre as línguas mais faladas do mundo, superado que é apenas pelo chinês, pelo inglês, pelo russo e pelo espanhol.

1. Em sua longa e complexa vida, a língua portuguesa tem conseguido manter uma apreciável unidade, principalmente na variante europeia e na americana.

O testemunho dos dialectólogos é uniforme no particular.

Com relação a Portugal, observa o professor Manuel de Paiva Boléo: "Uma pessoa, mesmo alheia a assuntos filológicos, que haja percorrido Portugal de norte a sul e conversado com gente do povo, não pode deixar de ficar impressionada com a excepcional homogeneidade linguística do País e a sua escassa diferenciação dialetal — ao contrário do que sucede noutros países, quer de língua românica, quer germânica."¹

Com referência à situação linguística do Brasil, escreveu o saudoso filólogo Serafim da Silva Neto: "É preciso ter na devida conta que unidade não é igualdade; no tecido linguístico brasileiro há, de certo, graduações de cores. Minucioso estudo de campo determinaria, com segurança, várias áreas. O que é certo, porém, é que o conjunto dos falares brasileiros se coaduna com o princípio da unidade na diversidade e da diversidade na unidade."²

2. Essa reconhecida unidade superior da língua portuguesa no Brasil e no Portugal peninsular não impede que haja sensíveis diferenças de pronúncia, de vocabulário e de construções, de região para região, nos dois domínios, pois que, em linguística, a unidade nem sempre é incompatível com a vari-

1) Manuel de Paiva Boléo e Maria Helena Santos Silva. O "Mapa dos dialectos e falares de Portugal Continental". In: *Bolém de filologia*, XX, 1961, p. 85.

2) *Introdução ao estudo da língua portuguesa no Brasil*, 2.ª edição, Rio de Janeiro, 1963, p. 271.

Os dialetos e falares de Portugal continental

dade. Por vezes, até a pressupõe, como é o caso das relações entre uma língua nacional e seus dialetos, falares e subfalares.

1. O português europeu está muito melhor estudado que o brasileiro, graças principalmente ao incansável labor pioneiro do sábio Leite de Vasconcelos. A ele devemos, além de numerosas monografias regionais, uma análise de conjunto¹ e um mapa dos dialetos e falares de Portugal continental.²

2. Distingua Leite de Vasconcelos, no português peninsular, quatro dialetos, que, por sua vez, apresentavam subdialetos:

- a) Dialeto interamense, ou de Entre-Douro-e-Minho;
- b) Dialeto trasmontano, ou de Trás-os-Montes;
- c) Dialeto beirão;
- d) Dialeto meridional.

Classificava, por outro lado, como co-dialetos portugueses:

- a) o galego;
- b) o rionorês;
- c) o guadromilês;
- d) o mirandês (e sendinês).

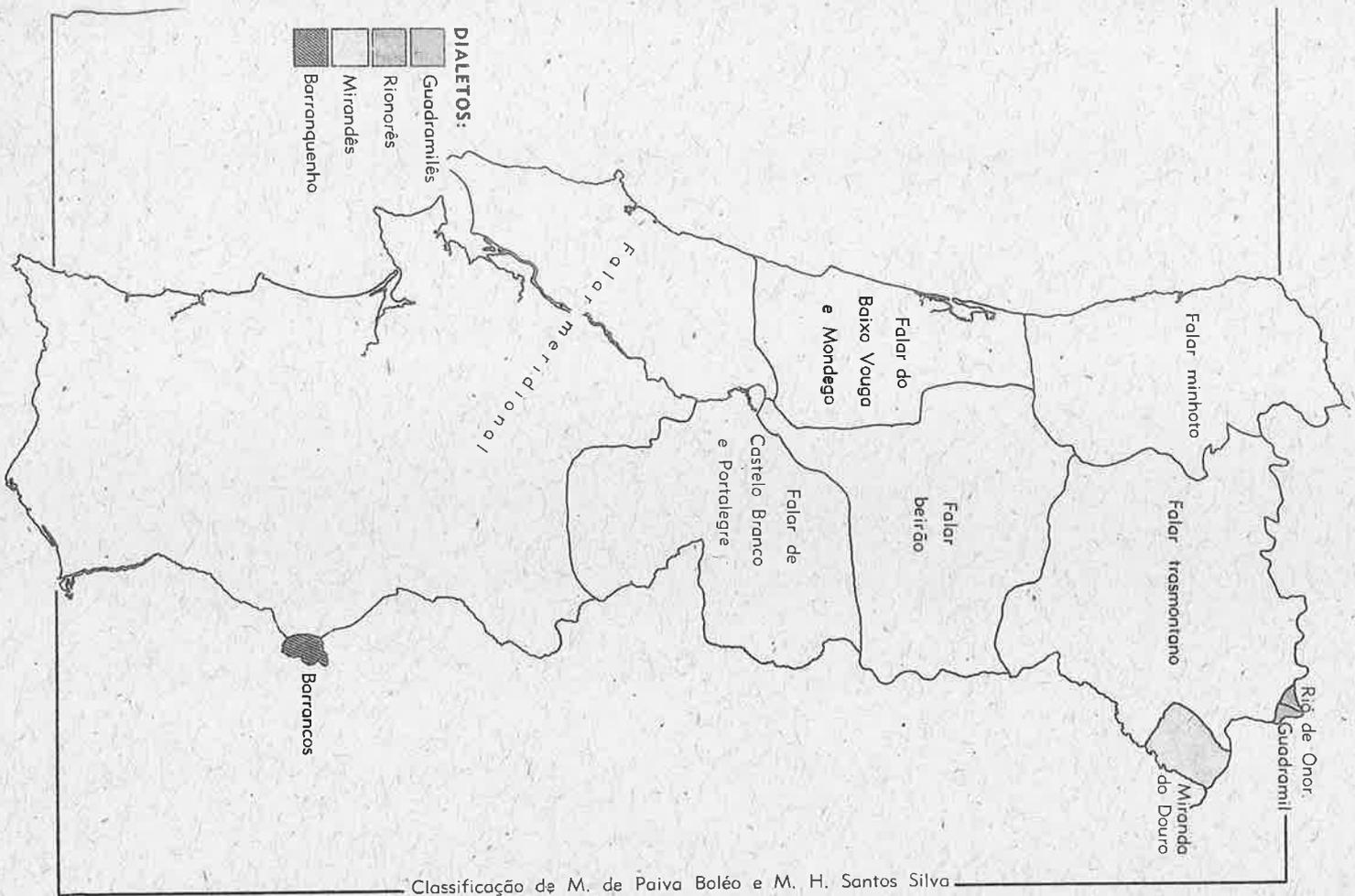
3. A divisão dialectológica de Leite de Vasconcelos tem sido aperfeiçoada, e mesmo retificada em alguns pontos, por pesquisadores modernos, especialmente os Professores Manuel de Paiva Boléo e Luís Filipe Lindley Cintra.

4. Em seu Mapa dos dialectos e falares de Portugal continental, feito em colaboração com a Professora Maria Helena Santos Silva, emprega o professor Paiva Boléo o termo *talvar* para exprimir o que Leite de Vasconcelos chamava *dialecto*, reservando este termo para o que ele denominava *co-dialecto*.

5. Razões de ordem fonética aconselharam Paiva Boléo a distinguir não quatro, mas seis falares:

1) *Esquisse d'une dialectologie portugaise*, 2.ª edição, com aditamentos e correções do Autor, preparada por Maria Adelaide Valle Cintra, Lisboa, 1970.

2) *Mapa dialectológico do continente português*, Lisboa, 1897. Reproduzido com alterações nos *Opúsculos*, V, Coimbra, 1929, p. 791-796.



- a) Falar minhoto;
- b) Falar transmontano;
- c) Falar beirão;
- d) Falar do Baixo Vouga e Mondego;
- e) Falar de Castelo Branco e Portalegre;
- f) Falar meridional.

Entre os dialetos, o mestre de Coimbra inclui o *barranquenho*, falado na região de Barrancos, no Baixo Alentejo. E exclui da classificação o galego, por sua notória autonomia.

6. Em 1971, publicou Luís F. Lindley Cintra a sua *Nova proposta de classificação dos dialetos galego-portugueses*,¹ fundada numa seleção de traços fonéticos hierarquizados.

Esta nova classificação afasta-se das anteriores:

a) no considerar em conjunto o território de Galiza e de Portugal, assim como as áreas linguisticamente portuguesas das provincias espanholas de Salamanca, Cáceres e Badajoz;

b) em não incluir os territórios do distrito de Bragança, politicamente portugueses, mas que, linguisticamente, fazem parte do domínio leões.

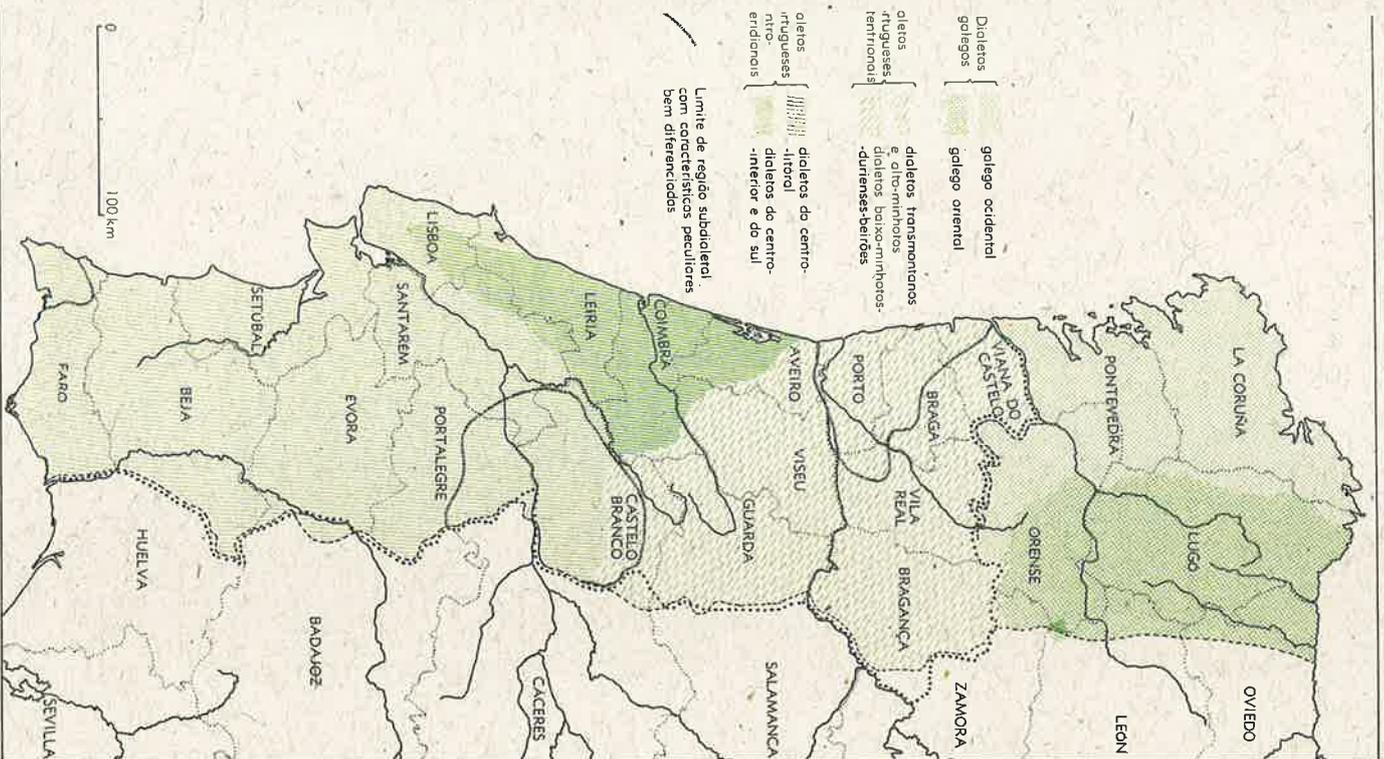
Além disso, nela se adota o termo *dialeto* para designar todas as variedades regionais, não importando o grau de distanciamento da língua padrão.

Admite, assim, Lindley Cintra a existência de apenas três grandes zonas ocupadas por três grupos de dialetos:

- a) dialetos galegos;
- b) dialetos portugueses setentrionais;
- c) dialetos portugueses centro-meridionais.

Cada um desses grupos dialetais divide-se em dois subgrupos, conforme se vê no mapa da página 30.

¹ In *Boletim de filologia*, XIII (1964-1971), Lisboa, 171, p. 81-116.



Os falares brasileiros

1. Os estudos dialectológicos de caráter científico iniciaram-se no Brasil com o *Dialeto capira*, de Amadeu Amaral, publicado em 1920. De data anterior possuímos apenas alguns glossários regionais, sendo o primeiro a *Coleção de vocábulos e frases usados na província de São Pedro do Rio Grande do Sul* (1852), de Antônio Alvares Pereira Coruja.

O trabalho de Amadeu Amaral teve o mérito de chamar a atenção para a importância e a urgência de uma recolha sistemática dos nossos falares, condenados a perecerem pela progressiva nivelção cultural. Foi ele quem animou, confessadamente, as pesquisas de Antenor Nascentes sobre o linguajar carioca (1922) e outras que se lhe seguiram.

2. Infelizmente, ainda hoje, dispomos apenas de um atlas linguístico regional¹ e de um número reduzido de monografias dialetais, material que não nos permite traçar, com precisão, as fronteiras dos falares brasileiros.

3. Entre as divisões propostas em caráter provisório, sobreleva a de Antenor Nascentes, fundada em observações pessoais colhidas em suas viagens por todos os Estados do País.

Eis como justificava o eminente mestre a sua divisão dialectológica:

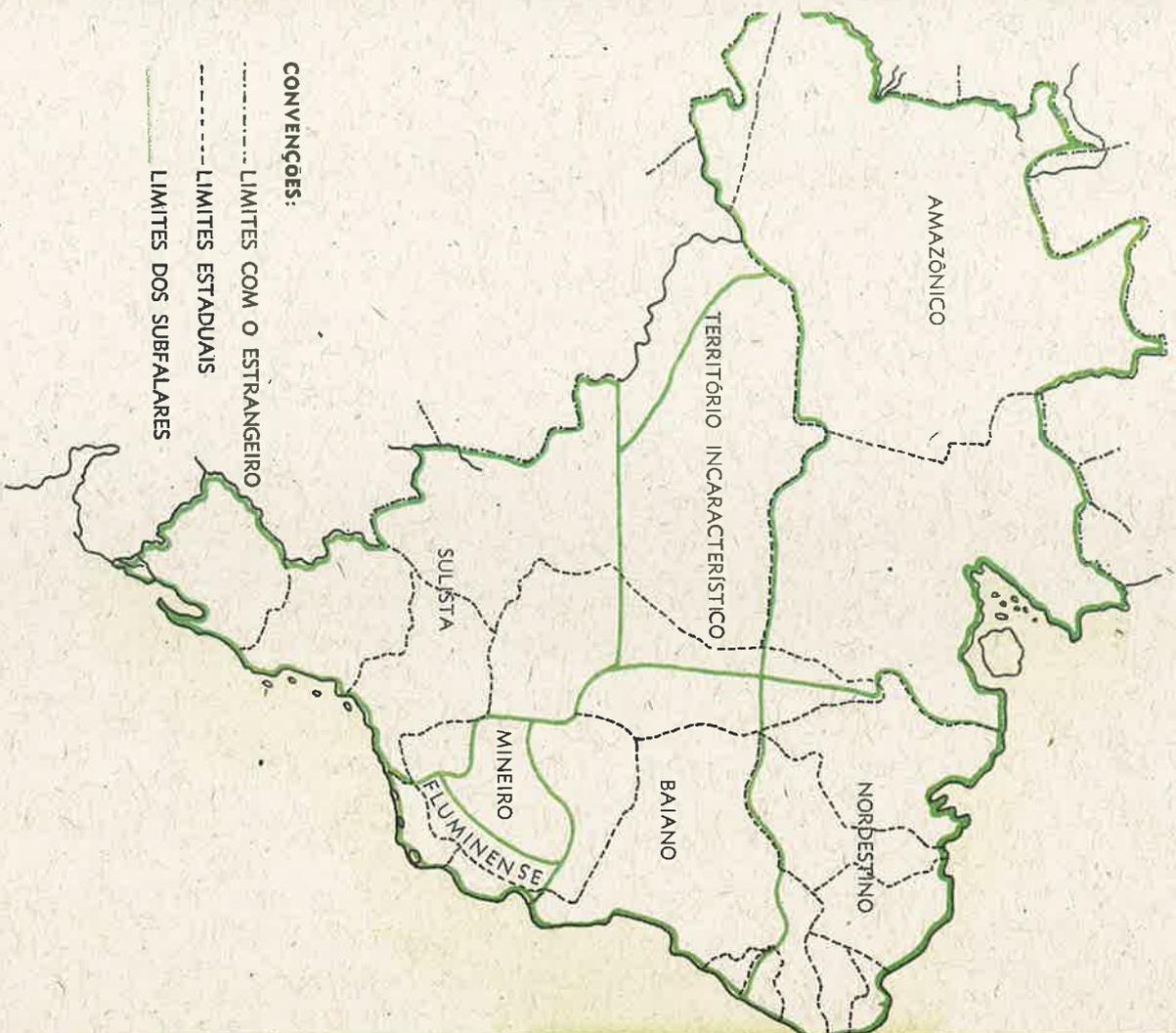
“Dividi o falar brasileiro em seis subfalares que reuni em dois grupos a que chamei do Norte e do Sul.

O que caracteriza estes dois grupos é a cadência e a existência de prótonicas abertas em vocábulos que não sejam diminutivos nem advérbios em mente. Basta uma singela frase ou uma simples palavra para caracterizar as pessoas pertencentes a cada um destes grupos.

Eles estão separados por uma zona que ocupa uma posição mais ou menos equidistante dos extremos setentrional e meridional do País. Esta zona se estende, mais ou menos, da foz do rio Mucuri, entre Espírito Santo e Bahia, até a cidade de Mato Grosso, no Estado do mesmo nome.”²

1) Nelson Rosal, *Atlas prévio dos falares baianos*. Rio de Janeiro, 1963. Do mesmo linguista, assessorado pela equipe que com ele trabalha na Universidade Federal da Bahia, teremos breve o *Atlas dos falares de Sergipe*, já concluído e em vias de impressão.

2) O linguajar carioca. 2.ª edição completamente refundada. Rio de Janeiro, 1953, p. 25. Por ser praticamente despopovado, Nascentes considerava característica a área compreendida entre parte da fronteira da Bolívia e a fronteira de Mato Grosso com Amazonas e Pará.



Conclusão

Quanto aos subfalares, Nascentes distingue dois no grupo Norte:

- a) o amazônico;
- b) o nordestino;

e quatro no grupo Sul:

- a) o baiano;
- b) o fluminense;
- c) o mineiro;
- d) o sulista;

cada um deles com variedades de importância secundária.

As condições peculiares de nossa formação linguística revelam uma dialectalização que não parece tão variada e tão intensa quanto a portuguesa. Revelam, também, estas condições que a referida dialectalização é muito mais instável que a europeia.

Estas duas características — número relativamente restrito de falares, e falares relativamente instáveis — são, do nosso ponto de vista, as coordenadas sociais e culturais que não só os justificam, mas também os condicionam. Porque, em verdade, tudo faz crer que estamos no limiar de uma era sociopolítica em que as grandes línguas nacionais tendem a apresentar progressivamente uma coesão mais profunda, uma unidade superior, fruto da disseminação do ensino e, sobretudo, da consciência cada vez mais viva da nacionalidade.